

Economia - Brasil Desenvolvimento

CORREIO BRAZILIENSE

14 MAI 2000

Um sinal positivo de que a economia pode retomar taxas de crescimento adequadas às necessidades do país é a expansão de 3,08% do Produto Interno Bruto (a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) no primeiro trimestre do ano em comparação ao mesmo período de 1999. A informação colhida em dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) despertou otimismo entre estrategistas da área oficial. Maior é o entusiasmo porque a indústria liderou o aumento da produção.

Todo desempenho que signifique avanço sobre a recessão instalada no país desde a década de 80 constitui alento contra o desânimo. Serve para retemperar a energia dos agentes produtivos e descortinar horizontes menos densos de incertezas. Mas recebê-lo como indicador preciso de que, doravante, não há mais obstáculos à reconquista da plenitude desenvolvimentista é atitude pouco pragmática.

A economia brasileira com certeza deslanchará em ritmo compatível com o potencial do país na hora em que se concretizar a decisão do governo de reduzir as taxas de juros. Há indicadores bastante favoráveis para que o acesso ao crédito recue a patamares de juros equivalentes aos praticados nos centros mais dinâmicos da economia mundial. Não há ameaças inflacionárias em razão de pressões desencadeadas pelo consumo.

Há três anos, as quedas nas vendas do comércio varejista oscilam em torno de 30%. Uma reversão imediata de semelhante quadro, em consequência de créditos mais acessíveis à bolsa popular, é improvável. Afinal, a massa salarial real caiu 6,5% nos últimos dois anos. E as taxas de desemprego permanecem bastante elevadas (7,7 milhões de trabalhadores). É claro que, no médio prazo, o declínio das taxas de juros tenderá a reduzir os efeitos desastrosos da recessão. E não será para isso mesmo que se deseja reaquecer a economia?

Do lado das contas públicas, o panorama é estimulante. Os superávits primários (receitas maiores que as despesas, excluídos os encargos com juros) mantêm-se em 3% do PIB. A inflação básica medida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) se desenvolve no ritmo civilizado de 3% ao ano.

Observe-se que o aumento de 3,08% do PIB no primeiro trimestre, em relação a igual período do ano passado, incorpora fator com significado próprio. Em 1999, o crescimento nos três meses iniciais do ano foi da ordem de 0,73%, em razão dos desarranjos causados pela súbita e significativa desvalorização do real em janeiro.

Seja como for, o Brasil está diante da saudável perspectiva de vencer a estagnação e voltar às antigas taxas de crescimento. Mas o ímpeto do processo depende, mais do que a outro fator, da redução das taxas de juros.